

CORREIO NACIONAL

Fernando Frazão/Agência Brasil



Iniciativa é do programa Agora Tem Especialistas

Saúde aumenta em 15% os repasses para hemodiálises

O Ministério da Saúde vai aumentar em 15% o valor destinado aos hospitais e clínicas que fazem Terapia Renal Substitutiva (TRS), como a hemodiálise, para o Sistema Único de Saúde (SUS). O reajuste corresponde a R\$ 860 milhões. Com o investimento, o governo federal pretende reduzir o tempo de espera para o tratamento.

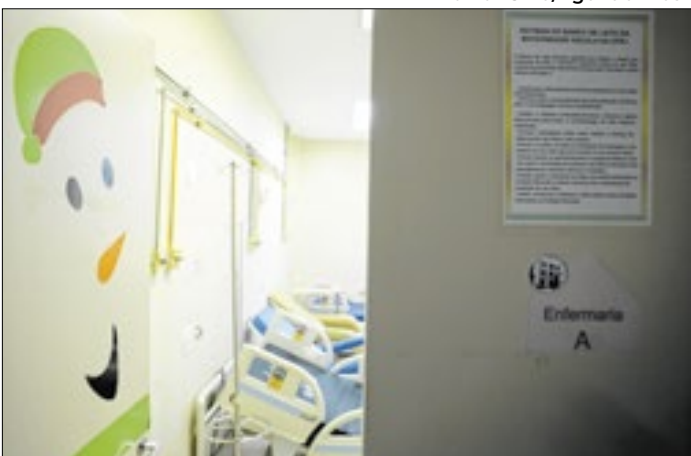
Os recursos têm como destino 781 hospitais e clínicas que já atendem os pacientes do SUS, além de 48 novos serviços de TRS que o ministério está habilitando para atuação em 16 estados. “O reajuste, uma demanda do setor, é uma das iniciativas do Agora Tem Especialistas visando a redução do tempo de espera por Terapia Renal Substitutiva (TRS)”, informou o ministério.

O reajuste começa a valer em março

De acordo com o Ministério, a sessão de hemodiálise passa a ter uma remuneração de R\$ 277,12, um aumento de 26,84% em relação a 2022, quando o valor era de R\$ 218,47. O reajuste começa a valer ainda em março.

“O percentual maior de reajuste foi possível pela adoção de uma modalidade mista de orçamentação”, disse o secretário de Atenção Especializada à Saúde, do Ministério da Saúde, Mozart Sales.

Tomaz Silva/Agência Brasil



Inscrições vão de 16 de março a 6 de abril

Vagas para enfermagem neonatal

O Ministério da Saúde lançou edital com 310 vagas para a Especialização em Enfermagem Neonatal, voltada a profissionais que atuam em unidades neonatais de referência do Sistema Único de Saúde (SUS).

O investimento previsto é de R\$ 2,6 milhões.

As inscrições ocorrem de 16 de março a 6 de abril, por meio da plataforma SIGA-LS.

A iniciativa prioriza profissionais das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, onde há maior carência desse tipo de especialização.

Objetivo é a qualificação no SUS

Segundo o Ministério da Saúde, a iniciativa busca ampliar a qualificação da força de trabalho no SUS e melhorar o atendimento a mulheres e recém-nascidos.

“Nosso objetivo é fortalecer e valorizar a enfermagem no âmbito do SUS, além de qualificar a oferta dos serviços”, afirmou o secretário de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, Felipe Proença.

Novo antibiótico I

O Ministério da Saúde ampliou o uso do medicamento doxiciclina 100 mg no Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir da nova definição da pasta, o antibiótico passa a ser utilizado também como forma de medida preventiva, em casos de exposição, a infecções sexualmente transmissíveis (IST).

Novo antibiótico II

Em portaria publicada no Diário Oficial da União, a pasta define que a doxiciclina 100 mg passa a figurar como profilaxia pós-exposição na prevenção de infecções sexualmente transmissíveis bacterianas clamídia e sífilis na população. As áreas técnicas terão prazo de 180 dias para efetivar a oferta no SUS.

Oswaldo Cruz I

A pneumologista e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz Margareth Dalcolmo recebeu nesta sexta-feira (13) a medalha de mérito Oswaldo Cruz, honraria concedida pela Presidência da República a personalidades e iniciativas que tenham contribuído com o bem-estar e a saúde física e mental dos brasileiros.

Oswaldo Cruz II

Margareth Dalcolmo se tornou uma das principais vozes de orientação durante a pandemia de covid-19. Desde o início da emergência, a pesquisadora da Fiocruz fez alertas sobre a importância das medidas de isolamento e em defesa da vacinação. A cientista lembrou que o decreto de pandemia, feito pela OMS, completou seis anos.

Emergência I

O Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional reconheceu na sexta a situação de emergência em 30 cidades, que estão no Amazonas, Bahia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe.

Emergência II

Com o reconhecimento da situação de emergência, as prefeituras podem solicitar recursos do governo federal para ações de defesa civil, como compra de cestas básicas, água mineral, refeição para trabalhadores e voluntários, kits de limpeza de residência, higiene pessoal e dormitório, entre outros.



CSW70 é a maior reunião anual da ONU sobre igualdade

ONU: Brasil integra sessão sobre direitos das mulheres

País ainda não assimilou marco legal sobre o tema, diz ativista

Da Redação

A participação do Brasil na 70ª Sessão da Comissão sobre a Situação da Mulher das Nações Unidas (CSW70), maior reunião anual da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a igualdade de gênero e direitos das mulheres, demonstra esforço público na discussão em torno do combate à violência contra mulheres no país.

A avaliação é da coordenadora-geral da organização brasileira Criola, Lúcia Xavier, que está em Nova York para o evento. A conferência, que ocorre até 19 de março, conta com a participação de altos representantes da ONU, Estados-membros, ONGs, ativistas, jovens e setor privado.

Lúcia considera que, para além da construção de um marco legal, é importante articular governo e sociedade na construção de soluções para o enfrentamento da violência contra a mulher.

“Certamente esses marcos [legais] já estão postos [no Brasil], desde a construção da Lei Maria da Penha e, depois, a Lei do Feminicídio. Mas, na prática, ainda não tomaram pé na sociedade. Ainda não tem uma sociedade refletindo, criando processos de proteção social, enfrentando o debate do patriarcado e do machismo”, disse a especialista, ressaltando os altos índices de feminicídio e violência sexual.

As discussões, no âmbito do

evento mundial, afirma Lúcia, contribuem para o desenvolvimento de medidas e mecanismos de enfrentamento ao problema no país.

“A gente [costuma dizer] que é uma epidemia [de violência], mas é mais do que isso. Uma epidemia exige controles públicos e sociais, mas isso é mais que uma epidemia”, alertou.

“É um crime que vem sendo praticado com muita impunidade e com pouco reforço dos órgãos públicos, no sentido do controle social. É um prejuízo enorme para as mulheres, que já vivem a situação de vulnerabilidade e também de insegurança nos seus relacionamentos, no seu trabalho, na sua vida como um todo”, disse Lúcia.

Lúcia relatou à Agência Brasil que, em meio às tensões nas negociações, propostas dos Estados Unidos que representariam retrocessos no documento final da conferência foram barradas durante a plenária que aprovou o texto.

Alguns dos temas questionados pelos Estados Unidos na votação das conclusões acordadas referiam-se ao direito ao aborto, à identidade de gênero e ao uso do termo “interseccionalidade”.

“Isso fez com que, em algum momento, a gente imaginasse que o documento perderia a qualidade e alguns avanços muito importantes. Não vai ser um documento de consenso, mas a primeira votação não aceitou as indicações [trazidas pelos Estados Unidos]”, contou.